



**Ijuí Energia S.A.**  
CNPJ nº 07.823.304/0001-06

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

### Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>64.956</b>	<b>59.175</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.660	3.581
Investimentos de curto prazo	5	38.782	38.435
Títulos e valores mobiliários	5	6.269	5.983
Contas a receber de clientes	6	10.692	10.351
Despesas pagas antecipadamente		410	427
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	5.664	—
Outros impostos compensáveis		147	—
Adiantamento a fornecedores		—	373
Outros ativos		332	25
<b>Não circulante</b>		<b>327.516</b>	<b>348.460</b>
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	—	7.579
Depósitos judiciais	8	413	4.582
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.298	—
Outros ativos		204	68
Imobilizado	9	312.283	323.485
Intangível	10	12.318	12.746
<b>Total do ativo</b>		<b>392.472</b>	<b>407.635</b>

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>23.748</b>	<b>32.552</b>
Fornecedores	11	3.420	2.463
Empréstimos e financiamentos	12	15.717	15.377
Arrendamentos	15.1	111	135
Salários e férias a pagar	15.2	773	775
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7	792	1.228
Outros tributos a pagar		600	886
Dividendos declarados	15.1	—	9.715
Uso do bem público	10	441	420
Encargos setoriais		1.894	1.543
Outros passivos		—	10
<b>Não circulante</b>		<b>16.268</b>	<b>34.980</b>
Empréstimos e financiamentos	12	11.708	26.641
Arrendamentos	15.1	336	213
Uso do bem público	10	3.517	3.407
Provisões para contingências	14	24	4.189
Adiantamento para futuro aumento de capital		157	—
Provisões	13	526	530
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>352.456</b>	<b>340.103</b>
Capital social	16	298.936	298.936
Reservas de lucros		53.520	41.167
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>392.472</b>	<b>407.635</b>

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>298.936</b>	<b>7.988</b>	<b>11.444</b>	<b>—</b>	<b>318.368</b>
Dividendos intermediários	—	—	(9.454)	—	(9.454)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	40.904	40.904
Reserva legal	—	2.045	—	(2.045)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(9.715)	(9.715)
Transferência para reserva de lucros	—	—	29.144	(29.144)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>298.936</b>	<b>10.033</b>	<b>31.134</b>	<b>—</b>	<b>340.103</b>
Reserva legal	—	1.918	—	(1.918)	—
Juros sobre capital próprio declarados	—	—	—	(2.007)	(2.000)
Transferência para reserva de lucros	—	—	10.435	(10.435)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>298.936</b>	<b>11.951</b>	<b>41.569</b>	<b>—</b>	<b>352.456</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ijuí Energia S.A. ("Companhia" ou "Ijuí") é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico", com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões no Rio Grande do Sul, denominado Usina Hidrelétrica São José ("UHE São José"), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Foz do Rio Claro Energia S.A. O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí e em potência instalada mínima de 51 MW. Ademais, em 21 de outubro de 2022, a Companhia e a União celebraram o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.648 (mil e seiscentos e quarenta e oito) dias, ou seja, até 18 de fevereiro de 2046. O Contrato de Concessão pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da Aneel. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 10. Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/ME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revisados da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadas no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária da Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadas no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da UHE São José de 30,4 MW para 28,9 MW. Desde 1º de setembro de 2022 a Companhia passou a ser controlada pela Foz do Rio Claro S.A., cuja participação direta é de 51%. A Foz do Rio Claro S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Declaração de conformidade:** A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de fevereiro de 2026. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em cumprir o que normalmente é esperado de uma entidade que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise da redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 9 - Imobilizado e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas;** **Nota 14 - Provisão para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - estimativa do risco;** **11. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 9 - Imobilizado e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - taxa de depreciação;** **Nota 14 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais;** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

#### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os saldos de contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contá a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através dos resultados). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: **i - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, **ii - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.**** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: **i - políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **ii - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;** **iii - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido**

naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **iv - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e, **v - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.**** As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerados com despesa ao valor justo por meio do resultado são classificados como mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** **Ativos financeiros a VJR -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR quando a Companhia espera receber, por meio do resultado, o ganho ou a perda decorrente da transação. **Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativo Financeiro:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente em direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensuradas como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro é mensurado inicialmente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **i - dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;** **ii - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;** **iii - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, **iv - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.**** **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Para a Companhia não houve indicativo, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. **3.3 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e custos capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidroelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (06 de novembro de 2009), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público do Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa nº 10 - Intangível, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão, até fevereiro de 2046. **3.6 Tributações:** Em 2025 a Companhia está enquadrada no regime de apuração do lucro real, e em 2024 estava

### Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17</b>	<b>80.237</b>	<b>80.579</b>
Custos operacionais	18	(36.501)	(34.089)
<b>Lucro bruto</b>	<b>43.736</b>	<b>46.490</b>	
Despesas gerais e administrativas	18	(4.582)	(4.265)
Outras receitas	18	173	156
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>39.327</b>	<b>42.381</b>	
Despesas financeiras	19	(4.766)	(5.505)
Resultados financeiros	19	6.391	7.836
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>40.952</b>	<b>44.712</b>	
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(4.896)	(3.808)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8 e 20	2.297	—
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>38.353</b>	<b>40.904</b>	

### Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	38.353	40.904
Outros resultados abrangentes	—	—
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>38.353</b>	<b>40.904</b>

enquadrada no lucro presumido. **Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: **i - Programa de Integração Social (PIS) - Lucro Real 1,65%; e **ii - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lucro Real 7,60%.**** Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%). Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social - diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas à medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisavaliados de balanço e são reduzidos na alíquota em que sua realização de renda e contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido no regime de caixa, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicados nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao prior emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante. **3.10 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações devidáveis. A receita é reconhecida em base mensural e quando existe emergência de caixa de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01 de janeiro de 2025
OCP 10 - Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBI0)	Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01 de janeiro de 2025

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis. **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Classificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novos divulgações para instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2026
CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01 de janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Novo norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias aplicuem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01 de janeiro de 2027

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis na adoção da norma IFRS 18.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**9. IMOBILIZADO**

O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

Em Serviço	Taxa de depreciação				
	31/12/2024	Adições	Baixas	Outros	31/12/2025
Terenos	28.823	-	-	-	28.823
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3% 201.733	-	-	-	201.733
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3% 40.181	85	-	-	40.266
Máquinas e Equipamentos	3% 222.974	769	(2)	-	223.741
Veículos	14% 110	-	(9)	-	101
Móveis e Utensílios	6% 81	49	-	-	130
Direito de Uso sobre Arrendamento	982	-	(17)	241	1.206
Em curso	-	394	-	-	394
<b>Total do custo do imobilizado</b>	<b>494.884</b>	<b>1.297</b>	<b>(28)</b>	<b>241</b>	<b>496.394</b>
<b>Depreciação</b>					
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(62.047)	(4.498)	-	-	(66.545)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(14.308)	(1.062)	-	-	(15.370)
Máquinas e Equipamentos	(94.240)	(7.028)	-	-	(101.268)
Veículos	(82)	(6)	9	-	(79)
Móveis e Utensílios	(57)	(4)	-	-	(61)
Direito de Uso sobre Arrendamento	(665)	(123)	-	-	(788)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(171.399)</b>	<b>(12.721)</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>(184.111)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>323.485</b>	<b>(11.424)</b>	<b>(19)</b>	<b>241</b>	<b>312.283</b>

**10. INTANGÍVEL**

Em Serviço	Taxa de amortização				
	31/12/2024	Adições	Baixas	Outros	31/12/2025
Serviço	376	161	(3)	-	534
Software	20% 253	8	-	-	261
Licenças operacionais	-	505	(74)	-	431
Uso do bem público - UBP (i)	2.211	-	-	-	2.211
Extensão da Concessão	5% 13.093	-	-	-	13.093
Em curso	7	-	(7)	-	-
<b>Total do custo do intangível</b>	<b>15.940</b>	<b>674</b>	<b>(84)</b>	<b>-</b>	<b>16.530</b>
<b>Amortização</b>					
Software	(140)	(4)	-	-	(144)
Outros intangíveis	(101)	-	-	-	(101)
Licenças operacionais	(101)	(434)	-	-	(434)
Uso do bem público - UBP	18 (1.249)	(43)	-	-	(1.292)
Extensão da concessão	(1.704)	(537)	-	-	(2.241)
<b>Total da amortização</b>	<b>(3.194)</b>	<b>(1.018)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.212)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>	<b>12.746</b>	<b>(344)</b>	<b>(84)</b>	<b>-</b>	<b>12.318</b>

**11. FORNECEDORES**

Em serviço	Taxa de amortização				
	31/12/2023	Adições	Baixas	Outros	31/12/2024
Serviço	376	-	-	-	376
Software	20% 253	-	-	-	253
Uso do bem público - UBP (i)	2.211	-	-	-	2.211
Extensão da concessão	5% 13.093	-	-	-	13.093
Em curso	186	6 (185)	-	-	7
<b>Total do custo do intangível</b>	<b>16.119</b>	<b>6</b>	<b>(185)</b>	<b>-</b>	<b>15.940</b>
<b>Amortização</b>					
Software	(136)	(4)	-	-	(140)
Outros intangíveis	(101)	-	-	-	(101)
Uso do bem público - UBP	18 (1.203)	(46)	-	-	(1.249)
Extensão da concessão	(1.166)	(538)	-	-	(1.704)
<b>Total da amortização</b>	<b>(2.606)</b>	<b>(588)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.194)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>	<b>13.513</b>	<b>(582)</b>	<b>(185)</b>	<b>-</b>	<b>12.746</b>

(i) **Passivo relacionado ao uso do bem público:** O montante registrado como "Uso do bem público" refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, ao valor estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado o valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Em relação a obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

**Passivo relacionado ao uso do bem público**

31/12/2024	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2025
Passivo circulante	420	(436)	457	441
Passivo não circulante	3.407	567	(457)	3.517
<b>Total</b>	<b>3.827</b>	<b>-</b>	<b>3.958</b>	<b>3.958</b>

31/12/2023	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2024
Passivo circulante	402	(415)	433	420
Passivo não circulante	3.312	528	(433)	3.407
<b>Total</b>	<b>3.714</b>	<b>-</b>	<b>3.827</b>	<b>3.827</b>

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizadas sem envolvimento de operação de "forfait".

**12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Moeda nacional - circulante	Encargos			Encargos		
	Vencimento	Principal de dívidas	Total	Principal de dívidas	Encargos	Total
BNDES	TJLP + 3,17%	15/09/2027 15.611	106 15.717	15.223	154	15.377
<b>Moeda nacional - não circulante</b>						
BNDES	TJLP + 3,17%	15/09/2027 11.708	- 11.708	26.641	- 26.641	-
<b>Total geral</b>		<b>27.319</b>	<b>106 27.425</b>	<b>41.864</b>	<b>154</b>	<b>42.018</b>

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. Isso tem garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na luj Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE - Contratos de compra e venda de energia, CCEAR - Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outros). O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescida de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, a primeira venceu em 15 de agosto de 2010. Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo: 1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento. 2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento. 3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027. A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente: Índice de capitalização ≥ 25%; Índice de cobertura de serviço da dívida ≥ 1,2; A Companhia monitora os *covenants* financeiros e não financeiros. (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	Encargos			Amortização		
	Vencimento	Principal de dívidas	Total	Principal de dívidas	Amortização de juros	Total
BNDES	TJLP + 3,17%	15/09/2027 11.708	- 11.708	26.641	- 26.641	-
<b>Total geral</b>		<b>27.319</b>	<b>106 27.425</b>	<b>41.864</b>	<b>154</b>	<b>42.018</b>

**13. PROVISÕES**

Provisão para gastos ambientais	Taxa de amortização			
	31/12/2024	Baixas	31/12/2025	31/12/2025
	530	(4)	526	526
	530	(4)	526	526

As provisões para compensações ambientais são decorrentes de investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construções das usinas. As constituições dessas provisões são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.

**A Diretoria**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

**Aos Administradores e Acionistas da luj Energia S.A. São Paulo - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da luj Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da luj Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de

**14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável. A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em risco. **Perda provável:** não existem processos judiciais administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à: (i) **Demandas trabalhistas:** atualmente existe um processo de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2024), de valor em risco aproximado de R\$ 24 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2024).

Cível	31/12/2024			
	Ingresso	Baixa	31/12/2025	
Trabalhista	4.169	(4.169)	-	-
	20	4	24	24
	4.189	4	-	24

**15. PARTES RELACIONADAS**

**15.1 Transações com partes relacionadas**

**(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante - partes relacionadas</b>			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.	-	-	4.760
Dividendos - Foz do Rio Claro S.A.	-	-	4.954
Prestação de serviços - AF Energia S.A.	14	111	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.	111	135	-
		<b>125</b>	<b>9.960</b>
<b>Passivo não circulante - partes relacionadas</b>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.	336	213	-
<b>(B) Partes relacionadas: informações do resultado.</b>			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante - partes relacionadas</b>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A. (*)	18	(1.723)	(1.394)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	-	1.766	(892)
Juros s/arrendamentos - Alupar Investimento S.A.	-	37	(16)
		<b>6</b>	<b>(2.302)</b>

(\*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como relógios, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível de reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas. As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordadas entre as partes. **15.2 Remuneração da alta administração:** A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devido à Diretoria.

**Benefícios de curto prazo (a)**

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do conselho	(543)	(683)
<b>Total</b>	<b>(26)</b>	<b>(35)</b>
	<b>(569)</b>	<b>(718)</b>

(a) Compostos por salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**16.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 298.936 e está representado por 315.106.452 ações nominativas, sendo representadas por 273.064.862 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ordinárias</b>		
Quantidade	273.064.862	273.064.862
<b>Preferenciais</b>		
Quantidade	42.041.590	42.041.590
<b>Total</b>	<b>315.106.452</b>	<b>315.106.452</b>

**16.2 Reserva de lucros: a. Reserva legal:** 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 11.951 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 10.033 em 31 de dezembro de 2024. **b. Lucros retidos:** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 41.569 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 31.134 em 31 de dezembro de 2024. **c. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório. **d. Juros sobre capital próprio:** A Companhia aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, referentes ao exercício social de 2025, com base nos balanços patrimonial e de resultados apurados durante o referido ano. O valor total da distribuição no exercício de 2025 foi de R\$ 26.000. Os créditos de juros sobre capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Os juros sobre capital próprio distribuídos em 2025 no montante de R\$ 26.000 foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2025. Se os dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2025 fossem calculados, corresponderiam a R\$ 9,109.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>38.353</b>	<b>40.904</b>
Reserva legal	(1.918)	(2.045)
<b>Subtotal</b>	<b>36.435</b>	<b>38.859</b>
Dividendos mínimos obrigatório	-	(9.715)
Juros sobre capital próprio declarados	(26.000)	-
Reservas de lucros	(10.435)	(29.144)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Mwh	31/12/2025	Mwh	31/12/2024
<b>Recorta de geração de energia elétrica</b>				
Suprimento de energia	262.800	85.362	263.520	81.696
Ajuste positivo CCEE	-	3.934	-	2.974
<b>Total</b>	<b>262.800</b>	<b>89.296</b>	<b>263.520</b>	<b>84.670</b>
<b>Deduções</b>				
PIS - Programa de integração social	-	(1.437)	-	(550)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	-	(6.618)	-	(2.540)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	-	(785)	-	(790)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	-	(219)	-	(211)
	-	(9.059)	-	(4.091)
<b>Total</b>	-	<b>(80.237)</b>	-	<b>(80.579)</b>

**18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Custos não gerenciáveis</b>		
Encargos de uso da rede elétrica	(3.529)	(3.596)
Compensação financeira	(1.783)	(2.317)
Utilização do Bem Público - UBP - amortização	10 (43)	(46)
Doações, contribuições e subvencões	(7)	(38)
	<b>(5.362)</b>	<b>(5.997)</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>		
Energia comprada para revenda	(6.510)	(3.710)
Seguros	(4.728)	(2)
Aluguéis	(133)	(60)
Pessoal	(2.040)	(1.559)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(569)
Material	(465)	(67)
Serviços de Terceiros	(1.978)	(1.969)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	15.1 (1.723)	(1.394)
Provisão para contingências	(3)	(20)
Condenação judicial	(10)	(19)
Outros	-	(44)
Outros tributos e taxas	(37)	(44)
Outras receitas	-	173
	<b>(17.627)</b>	<b>(4.141)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>9 e 10 (13.512)</b>	<b>(142) (13.081)</b>
	<b>(13.512)</b>	<b>(142) (13.081)</b>
<b>Total</b>	<b>(36.501)</b>	<b>(4.409) (34.089)</b>

**19. RESULTADO FINANCEIRO**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>			
Receita de aplicações financeiras (*)	-	5.	